

ELEIÇÕES

Presidente do TSE, Luís Roberto Barroso reafirma: urna eletrônica é segura e mudou a qualidade da democracia, apesar da pressão para se adotar o registro da escolha do eleitor

Voto impresso é um retrocesso

» SARAH TEÓFILO

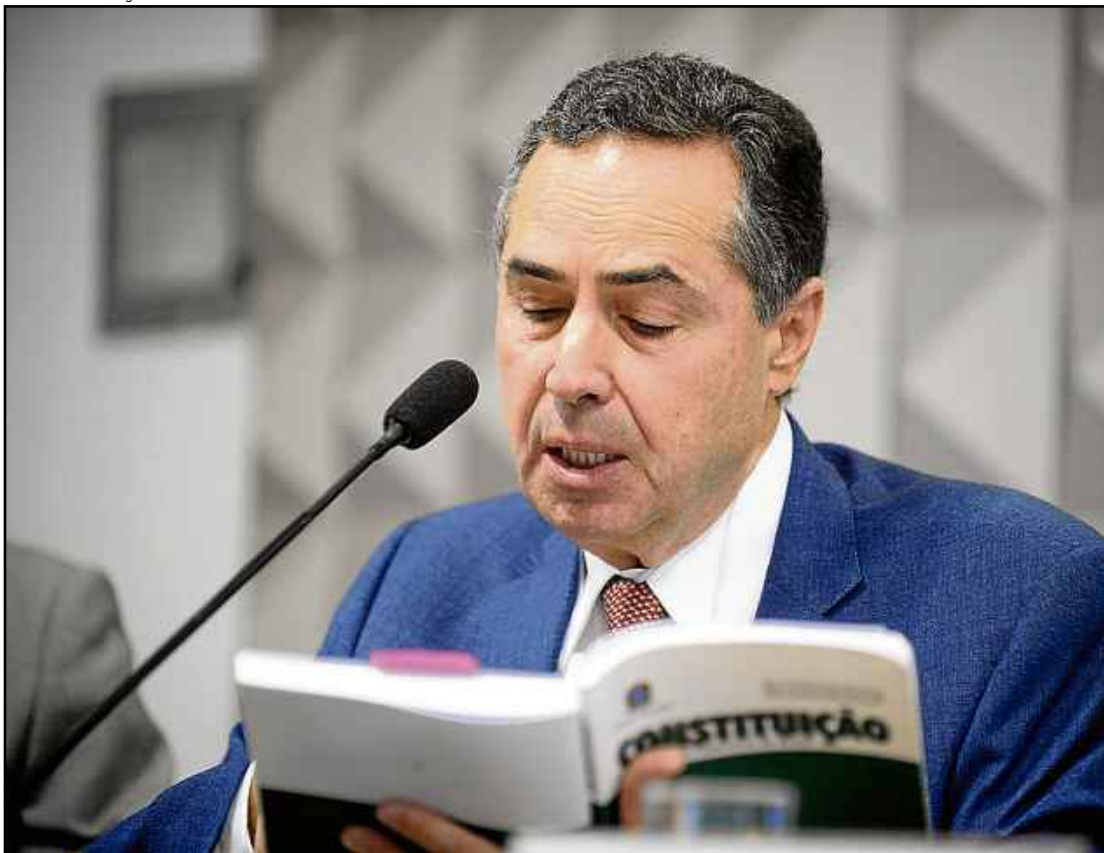
O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, classificou como um “retrocesso” a inserção do voto impresso no processo eleitoral, durante o lançamento de uma **campanha comemorativa**, ontem, dos 25 anos de urnas eletrônicas. Na última quinta-feira, foi instalada a comissão especial que analisará a proposta de emenda constitucional que institui o comprovante do voto, de autoria da deputada Bia Kicis (PSL-DF). Há tempos o presidente Jair Bolsonaro faz campanha pelo voto impresso e chegou a dizer, nos Estados Unidos, que teria vencido a corrida presidencial de 2018 no primeiro turno se não fossem as fraudes, e que teria prova disso — porém jamais a apresentou.

“Voto impresso será inútil para quem queira fazer um discurso de fraude, porque nos Estados Unidos, que são o espelho, havia voto impresso, e boa parte das pessoas que defende o voto impresso no Brasil disse que a votação (que derrotou Donald Trump e elegeu Joe Biden) foi fraudada. Portanto, vai ser um custo, um risco e uma inutilidade, porque vão continuar achando a mesma coisa”, disse o ministro, ao ser questionado pela imprensa.

Indagado pelo **Correio** sobre a viabilidade de um voto impresso e o que ele prevê para o processo eleitoral de 2022, caso o Congresso aprove a PEC, Barroso disse que há vários pontos “inconvenientes” e que trariam problema. O primeiro, é o custo que, segundo ele, antes da pandemia, estava estimado em aproximadamente R\$ 2 bilhões para a introdução.

Além disso, o ministro deixou claro, ao avaliar os perigos do voto impresso — dos quais o principal seria a quebra do sigilo da es-

Marcos Oliveira/Agência Senado



Barroso lembrou que, nos Estados Unidos, Trump atribuiu a derrota a suposta fraude nas cédulas de papel

Campanha mostrará segurança do sistema

O enfoque da campanha dos 25 anos da urna eletrônica é para reforçar a confiabilidade do dispositivo. O Tribunal Superior Eleitoral divulgará um vídeo institucional, apresentado pelo próprio presidente, ministro Luís Roberto Barroso, no qual ele apresenta o sistema e todas as etapas de segurança e auditoria. A peça tem duração de 15 minutos. “Historicamente, tivemos problema na contagem do voto em urnas, que pareciam ‘engravidadas’ com votos que não haviam sido colocados pelos eleitores. Tivemos problemas pavorosos na contagem dos votos de papel, de modo que o advento das urnas eletrônicas mudou a qualidade da democracia no Brasil e, desde então, vêm sendo utilizadas com sucesso, sem que jamais se tivesse documentado um caso sequer de fraude”, afirmou.

colha do eleitor —, o Supremo Tribunal Federal (STF) já declarou a medida inconstitucional. “É preciso lembrar que esse é um país em que até o painel secreto do Senado foi violado numa votação”, alertou.

Sistema pior

Para Barroso, a impressão do voto piora o sistema. Ele lembrou que, em 2002, houve uma tentativa de imprimir o registro da escolha do eleitor em cerca

de 6% das urnas, em todo o país, e não funcionou — houve filas, atrasos, aumento do número de votos brancos e nulos e problemas com as impressoras. O presidente do TSE também ressaltou o receio de judicialização das eleições.

“Seria inútil relativamente ao discurso da fraude, porque esse é um discurso político”, salientou.

O ministro anunciou que o TSE constituirá uma comissão externa de observação de cada passo do processo eleitoral. O objetivo é aumentar a transparência e levar mais informações à população. “A urna tem se mostrado tão segura que as desconfianças sobre ela decorrem de desinformação. Não temos nada a esconder. Aqui se joga limpo”, assegurou.



Nas entrelinhas

por Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.dfg@adabr.com.br — interino



O silêncio e os inocentes

Será eloquente a participação de Eduardo Pazuello na CPI da Covid. Eloquente porque demonstrará, em alto e bom som, que o governo não tem o que defender na catástrofe sanitária que se abateu sobre o Brasil. O militar que entregou o cargo de ministro da Saúde com o legado de 280 mil mortes pela doença ouvirá uma centena de perguntas, mas não se verá na obrigação de responder. Será inquirido sobre episódios específicos, como a agonia de Manaus, quando brasileiros morriam nos hospitais por falta de oxigênio, em uma sequência trágica de descoordenação, descaso, negligência e inépcia das autoridades. Se assim quiser, poderá explicar o dito “é simples assim: um manda, e o outro obedece”, usado para justificar o cancelamento da compra de 46 milhões de doses da CoronaVac pelo governo federal em outubro de 2020. Naquela ocasião, Pazuello se recuperava, no Hotel de Trânsito de Oficiais do Exército, dos efeitos provocados pelo novo coronavírus. O general soltou a célebre frase ao lado do chefe, como mostram imagens que se juntarão às cenas inesquecíveis da pandemia no Brasil. Nenhum dos dois portava máscara no encontro. Pazuello não viu problema em expor o presidente ao contágio por covid — diferentemente do que alegou ao Senado Federal este ano, quando manifestou receio de infectar algum parlamentar durante as oitivas da CPI.

Na próxima quarta-feira, o brasileiro que comandou, durante 10 meses, a pasta mais importante contra a pior epidemia que o Brasil já enfrentou estará livre de comentar qualquer ato que lhe impute alguma culpa. Ele ficará à vontade para eximir-se, por exemplo, de toda responsabilidade sobre as malfadadas negociações com a Pfizer, fracasso que impediu o governo de adquirir, ainda no fim do ano passado, milhões de vacinas da farmacêutica e de reforçar a imunização no Brasil no momento em que a Anvisa autorizasse. Pazuello poderá muito bem se esquivar, igualmente, de perguntas que busquem esclarecer o “aconselhamento paralelo”, como definiu Mandetta, que estava em curso no Palácio do Planalto. Nada a declarar sobre o envolvimento de figuras caras à presidência, como Carlos Bolsonaro, Filipe Martins e Fábio Wajngarten, nas tratativas com a multinacional.

Convém precisar, no entanto, o lugar que o general ocupa na hecatombe da covid. Não seria razoável esperar que Pazuello explicasse de maneira lógica, detalhada e convincente sua participação na tragédia. A trajetória do ex-ministro fala por si. Foram inúmeras as situações em que o Ministério da Saúde atuou de maneira desastrosa, e a CPI terá os meios suficientes para comprovar — mesmo que Pazuello negasse — a responsabilidade daqueles que negligenciaram a saúde dos brasileiros. Não há o que discutir sobre o militar. É evidente que ele tem culpa. Porém, do ponto de vista jurídico, isso não demandará ser tratado no Senado e, sim, posteriormente, no âmbito do Judiciário. A CPI, como bem lembrou o presidente Omar Aziz, não é tribunal. Mas é um foro importante e essencial para o Legislativo exercer seu papel constitucional de examinar atos e omissões do Executivo. Nesse sentido, acumulam-se de forma impressionante e inequívoca elementos para reforçar a convicção de que o governo brasileiro adotou, deliberadamente, uma política negacionista no combate à pandemia, independentemente do grau de envolvimento de Pazuello. As consequências deixaram marcas profundas no país em 2020, ainda o fazem no presente momento e serão visíveis por muitos anos. O salvo-conduto concedido pelo Supremo Tribunal Federal poderá proteger Pazuello, mas não escamotear as ações com fortes indícios delituosos à saúde pública que estiveram em curso nos últimos meses.

Por último, e não menos importante, há um detalhe curioso no habeas corpus a Pazuello. O autor do pedido, André Mendonça, ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, alegou a imperiosa necessidade de se preservar garantias constitucionais e evitar constrangimentos ao depoente na CPI. Enquanto ministro da Justiça, Mendonça não teve o mesmo escrúpulo ao fazer uso da Lei de Segurança Nacional, um zumbi jurídico da ditadura, para enquadrar críticos do governo Bolsonaro.

MEIO AMBIENTE

PL abre brecha para desastres

» ISRAEL MEDEIROS

Aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.729/04 representa, segundo ambientalistas, um retrocesso na regulação do setor no Brasil. Conhecida como nova lei do licenciamento ambiental, a proposta afrouxa as regras e coloca o país sob o risco de novos grandes desastres ambientais, como os que ocorreram nas barragens de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais.

Isso porque diversas categorias de empreendimentos e atividades ficam dispensadas da obrigatoriedade de conseguir o licenciamento ambiental (veja quadro). Há, também, a possibilidade de investimentos emitirem uma licença sem que passem por uma fiscalização que garanta que as boas práticas de preservação ambiental estão sendo cumpridas. Para Jaqueline Ferreira, gerente de Projetos e Produtos do Instituto Escolhas, os riscos do PL são “inúmeros”.

“Quando você fala de licenciamento ambiental, fala desde pequenas empresas até obras de barragens como Brumadinho ou Belo Monte. O projeto flexibiliza, de forma muito grave, o que temos hoje. Então, há riscos ao meio ambiente e à população. O projeto está liberando uma série de atividades e, na prática, coloca o licenciamento como exceção, e não regra”, explicou.

Ela destaca que o texto prevê o afrouxamento de uma série de atividades com grande impacto

Estão dispensados de licenciamento

- » Aqueles que sejam considerados de porte insignificante para a autoridade licenciadora;
- » Obras emergenciais para corrigir colapsos de infraestrutura, acidentes ou desastres;
- » Obras de serviço público de distribuição de energia elétrica até o nível de tensão de 69 kV, em área urbana ou rural;
- » Sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto sanitário;
- » Manutenção e melhoramento da infraestrutura em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e de servidão, incluindo dragagens de manutenção;
- » Usinas de triagem de resíduos sólidos;
- » Pátios, estruturas e equipamentos para compostagem de resíduos orgânicos;
- » Usinas de reciclagem de resíduos do setor de construção civil;
- » Ecopontos e ecocentros onde ocorre entrega voluntária de resíduos para reciclagem;
- » Cultivo de espécies de interesse agrícola, temporárias, semiperenes e perenes;
- » Pecuária extensiva, semi-intensiva e pecuária intensiva de pequeno porte;
- » Pesquisa de natureza agropecuária, que não implique risco biológico.

ambiental, como agricultura e pecuária. Para Jaqueline, o discurso dos governistas, de desburocratizar o licenciamento para incentivar a economia, é baseado em mentiras.

“O PL vem com um falso discurso para agilizar atividades essenciais, como o saneamento. Mas o governo vê a legislação ambiental como um entrave. Com o tratamento de efluentes de indústrias, é preciso ver riscos de impacto e ver se o empreendimento está cumprindo o que promete. Isso que está sendo feito não é aprimoramento, é destruição”, observou, acrescentando que o PL pode dificultar a entrada do país na Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Luísa Lima, porta-voz do Greenpeace, ressaltou que o projeto permite que empreendimentos como barragens, que são consideradas de médio impacto, sejam autolicensedáveis. “O que é considerado de médio impacto? As barragens de Mariana e Brumadinho, por exemplo. A implantação de barragens desse tipo passa a ser autolicensedável. Então, a gente corre riscos de ver tragédias como essas. Por isso é tão preocupante”, alertou.

Ela também critica o fato de que cada estado poderia definir suas regras sobre a atuação de empresas no contexto ambiental,



O projeto flexibiliza o que temos hoje. Há riscos ao meio ambiente e à população. Na prática, coloca o licenciamento como exceção, e não regra”

Jaqueline Ferreira,
gerente de Projetos e Produtos
do Instituto Escolhas

o que criaria insegurança jurídica e abriria espaço para a corrupção. “Cada estado vai poder legislar do jeito que quiser. E vai gerar uma guerra, uma corrida por flexibilização. Para atrair empreendimentos, estados podem reduzir as regras, o que abre espaço para corrupção”, observou.

Luísa espera que o tema seja debatido de forma mais ampla no Senado, ao contrário do que ocorreu na Câmara. “A situação no Congresso é muito preocupante. O texto foi produzido a portas fechadas, a gente só tomou conhecimento esta semana. A sociedade foi excluída do debate e vamos ver se, no Senado, teremos um debate justo”, afirmou.